

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## LUZES E SOMBRAS NA *BELLE ÉPOQUE*: A ILUMINAÇÃO ELÉTRICA COMO PRODUTO SOCIOESPACIAL NA MODERNIZAÇÃO DE BELÉM (1894-1904)

Marcos da Silva Valadares  
Universidade Federal do Pará  
[marcos.valadares@ifch.ufpa.br](mailto:marcos.valadares@ifch.ufpa.br)

### Introdução

Os debates historiográficos sobre a chamada *Belle Époque* amazônica, suscitam entre as diversas questões desse áureo período da economia nortista, as contradições que esse breve circuito de fluxo comercial gerou nos centros urbanos que se formavam na recente estabelecida república brasileira. No caso de Belém, a participação direta no eixo de escoamento gomífero, introduziu a capital paraense de forma imediata no modelo econômico dos grandes polos industriais internacionais, como discute Weinstein (1993).

Apesar de conferir um âmbito periférico à Amazônia quanto ao seu lugar nesse processo, as grandes metrópoles europeias exportaram com sucesso suas estéticas sociais e de formação espacial urbana para as capitais da região norte brasileira. Em meio a esse processo, as tendências de embelezamento e funcionalidade urbana geravam grande ansiedade nas elites locais, que dispunham de grande participação no poder político local e, portanto, esperavam na máquina pública, sanar as problemáticas desse cenário citadino. Esse último, dava a Belém até as décadas de 1880 e 1890, um aspecto ainda de município provinciano, como discute Soares (2008), e despertaria diversos sonhos de cidade aos grupos burgueses locais, tal qual descreveu Calvino (1990) ao descrever as cidades como alvo físico dos sonhos e idealizações de grupos e indivíduos.

Nesse sentido, seguindo a tendência de abastecimento energético e iluminação que já cobria metrópoles mundo afora, em 1894 discutiu-se em sessão do Conselho Municipal sob a intendência do Barão do Marajó, a implantação da iluminação via eletricidade como novo paradigma nas luzes do sítio urbano da capital paraense. Esse serviço seguia o ritmo de outras reformas em ruas e praças, fazendo de Belém um canteiro de obras nos fins do século XIX, segundo aponta Sarges (2010). Em 1896, ano de sua inauguração, a cidade experimentou enfim um salto no que dizia respeito a esse novo

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

modelo de iluminação e junto disso, uma série de problemáticas quanto ao funcionamento do sistema elétrico, a administração pública e a distribuição territorial dessas luzes nos mais distintos bairros e áreas suburbanas.

Assentam-se nessas três problemáticas – sobretudo na terceira -, as questões que norteiam a presente pesquisa e, traçam os percursos teórico-metodológicos que convergem as fontes aqui analisadas. Seguindo assim, por meio de periódicos locais, relatórios públicos e álbuns da Intendência Municipal, uma breve história social da implantação do serviço de iluminação elétrica e conseqüentemente, as interpretações que esse processo demonstra ao integrar um período de extrema relevância para discussões acerca da história de Belém e dos impactos da economia da borracha em seus ideais de urbanização.

Esta última, seguindo a tendência higienista já desempenhada na capital federal, aplicou por meio da iluminação, algumas das práticas de segregação que os intendentos estudados na pesquisa tocariam no curso das reformas dos mais diversos espaços do sítio urbano. Equivalendo o processo vivido em Belém, às reformas descritas por Chalhoub (2017), ao narrar historiograficamente os conflitos sociais vividos na reorganização urbana carioca nos fins do século XIX, rumo à uma desordenada limpeza social sob o dogmático uso da ideia de progresso.

Desse modo, associando a iluminação elétrica a um processo de progresso, como descrito em Le Goff (1994), por força de uma ação inerente a processos históricos de transformações, esses caminhos descritos suscitam discussões sobre rupturas e contradições. Nesse sentido, partiremos inicialmente das forças políticas locais como idealizadoras da evolução desse serviço público e posteriormente, dos grupos sociais alcançados – ou não – por este fatídico momento da história da cidade de Belém.

## **A chegada das Luzes anunciada: entraves e controvérsias na inauguração do serviço**

No amanhecer do dia dois de fevereiro de 1896 anunciava-se incessantemente um dia histórico para a cidade nos mais lidos jornais e entre os moradores daquela que até décadas atrás, narrava-se como uma cidade provinciana de espaços difusos e ruas escuras, pelas observações do naturalista Bates (1944). Na gestão corrente de Silva Rosado, a noite do dia anterior marcara em evento cercado de curiosos, os primeiros

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estímulos dos dínamos da usina de eletricidade., como narrou a *Folha do Norte* em 02 de fevereiro de 1896:

Conforme anunciara-se, foi hontem inaugurado o serviço de iluminação publica de Belém pela eletricidade. A's 6 horas da tarde grande multidão demorava nas cercanias da importante usina, da Companhia Urbana, a rua da Municipalidade, achando-se repletas de povo assim as oficinas como o escriptorio a estas annexo. Depois de uma rápida visita do sr. Dr. Lauro Sodré e de outras muitas pessoas gradas a todas as dependências da usina e após a chegada do sr. Dr. Silva Rosado, intendente de Belém – o sr. Dr. Lauro Sodré deo communição dos dynamos geradores da eletricidade para os fios conductores que se espalham pela cidade, que foi toda immediatamente iluminada. Visíveis signaes de contentamento da multidão se manifestaram n'esse momento.

A fala com um comedido ar de euforia e satisfação pessoal do redator por trás da coluna, representa e sintetiza de forma visível como era importante para a classe burguesa local que um aparato tecnológico fosse montado à altura das reformas que o sítio urbano municipal recebia. Além disso, a descrição visual “fios conductores que se espalham pela cidade” atinge um ponto interessante para a presente discussão e explica a ideia de cidade que tal grupo tinha acerca de Belém e sua centralidade socioeconômica.

Nesse caso, trata-se de uma série de medidas que complementavam o pensamento dos grupos econômicos que detinham controle dos espaços centrais e mantinham residência nos mesmos. Explicada muitas vezes pelos aspectos higienistas dessas medidas, poder público e poder privado se complementavam ao manterem convergências convenientes no que dizia respeito à manutenção de seus respectivos nichos dentro de uma cidade heterogênea e com problemáticas latentes de moradia e espaço, evidenciando

a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para desfrute das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente marcado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 2003. p. 43)

Apesar de fazer referência ao caso da *belle époque* carioca, o excerto ilustra de forma fidedigna as características higienistas de grande parte das capitais brasileiras no que abrange o período pesquisado, inclusive a própria Belém. Esta, por exemplo, esteve fortemente ligada a esse processo sob forte ação do Estado, que seguindo a

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tendência de centros urbanos maiores como o Rio de Janeiro, agrupava entre ações de reformas do espaço e no comportamento, seus interesses mais profundos de uma cidade exemplar a partir de perspectivas puramente burguesas. No caso da iluminação, veremos a diante ambas situações em objetivada coexistência.

É importante tratarmos do sistemático processo estudado aqui a partir da aprovação do projeto em 1894, sua inauguração em 1896, sua extensão e controversa cessão à uma parceria privada em 1905. Os distintos momentos passaram por três gestores municipais e de certa forma, percebe-se a partir desse aspecto uma crescente em relação às idealizações que existiam sobre o serviço desde seu ano inicial de conhecimento público. Sendo o intendente a gerir o processo de inauguração, o sucessor do Barão do Marajó. Tratava-se do estimado Silva Rosado, par político e de grande estima do governador Lauro Sodré. Como informava o relatório da Intendência Municipal que confere prestação de contas do período 1897-1902, após o término do mandato de Silva Rosado: “contractado em 26 de maio de 1894, pelo Intendente Barão de Marajó, este serviço goza de um privilégio pelo espaço de 25 annos” (BELÉM, p. 250)

Tratava-se de um projeto arrojado e de aplicação a poucas cidades do país, até então. As intenções eram claras em investir altas somas de capital e fazer da cidade que já se auto promovia em constância, uma referência nacional e certamente, receber alguma atenção internacional. Esse último aspecto é comprovado pela contratação do serviço, que após aprovação do conselho municipal, não obteve de imediato uma parceria privada que empreendesse o capital e a tutela intelectual de sua distribuição. Vale ressaltar, porém que propostas avulsas já eram apresentadas antes da aprovação e a firma alemã Siemens & Halske já despontava como forte candidata a assumir o projeto, como aborda a publicação do *Correio Paraense* em 13 de janeiro de 1893:

Proposta para a iluminação publica e particular desta cidade de Belém dp Gram-Pará pela electricidade.

Alberto Frend & Co. e Ancieto Constantino Pimenta, este proprietário e aquelles comerciantes, domiciliários n'esta cidade porpõem-se a iluminar as ruas, travessas, praças, passeios, jardins, caes, pontos, pontes e edificios públicos e particulares d'esta mesma cidade pela luz electrica de incadescencia mediante as condições seguintes:

1 – A força ou intensidade de cada lâmpada, tanto para a illuminaçãp publica como para particular será de desesseis (16) velas de espermacete que queimam 120 grãos por hora.

2 – A luz será clara, serena e inofensiva, produzida pelos machinismos e aparelhos os mais aperfeiçoados de Siemens & Halske (...)

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Mostra-se perceptível que grupos e iniciativas privadas exerciam considerável influência na administração do município e no caso da iluminação, esse padrão seguiu e após inúmeras ofertas e sugestões, firmou-se um acordo entre a gestão do conselho municipal e a empresa alemã que além de Belém, iluminaria também Recife, Salvador e integraria a formação das redes elétricas na capital federal Rio de Janeiro.<sup>1</sup>

É válido apontar que por inexperiência na área e pelas informações distantes que se tinham por questões de logística, valores e viabilidade do projeto, muitas problemáticas foram debatidas entre 1893 e 1894 acerca da iluminação elétrica ser ou não a ideal para o dado momento e após isso, quanto à empresa que tocaria as ações oficialmente da rede e de todo o planejamento inerente. Considerando isso, a própria atuação da Siemens & Halske em solo paraense não se dava por contato direto com seus executivos, mas com um grupo intermediário que tinha por nome Alberto Frend & Co. A parceria foi selada e iniciou-se um longo e custoso período de mais de dois anos até que as primeiras lâmpadas de fato brilhassem em Belém sob alimentação energética da eletricidade.

Importante mencionar que apesar da empresa alemã empreender todo o processo de implantação do serviço, este achou-se a cargo e administração pública de uma estatal criada para os serviços de bondes de tração elétrica e iluminação pública. Tratava-se da Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense, que alocada em diversos pontos da cidade, tinha sua usina de eletricidade para a iluminação numa afastada região do bairro do Reduto. Esta, esteve acostumada por anos a receber injúrias e reclamações das mais diversas ordens acerca de problemas estruturais, mas no período que precedeu a inauguração, as queixas eram sobre os prazos e entraves constantes que adiavam continuamente o início da iluminação da cidade, como narrou a *Folha do Norte* em 18 de fevereiro de 1896:

Retificamos em parte final de nossa local de hontem sobre o protesto da Companhia Urbana a respeito do serviço de illuminação electrica por ella contratado.

Esse projecto allega que, contractado o serviço com a casa Siemens & Halske, devia elle estar prompto a 26 de outubro de 95, o que não aconteceu, tendo a companhia dilatado o praso para isso até 31 de janeiro de 96.

---

<sup>1</sup> Com tecnologia internacionalmente reconhecida e seguindo as cada vez mais amplas zonas de consumo de eletricidade, a Siemens & Halske se estabeleceu sem resistências em solo brasileiro e orgulha-se de ter integrado esse processo de progresso num momento de grande modernização das maiores cidades do mundo capitalista. Ver: <https://new.siemens.com/global/en/company/about/history/stories/siemens-in-brazil.html>

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O atraso na entrega do serviço já demonstrava alguns sinais do quão problemática seria a parceria entre a empresa estrangeira e a estatal do município. Tal fato gerava grande descontentamento nos grupos que idealizavam o melhoramento e na chegada do ano de 1896 a insatisfação aumentaria ainda mais, exigindo da Siemens & Halske um empenho que entregasse – mesmo que com incontáveis debilidades – o serviço na data prevista de 31 de janeiro, com a inauguração marcada para o dia seguinte.

Retomando a discussão sobre o alinhamento com as ideias higienistas, a inauguração do serviço trouxera às redações dos jornais de Belém uma incessante euforia nas semanas que antecediam a esperada data. O salto que a cidade dava na iluminação de suas vias públicas e praças era recebido pelos grupos economicamente dominantes com grande ansiedade e materializava planos de progresso que haviam sido maturados por anos e estava prestes a concretizar-se entre percalços e uma longa espera por entraves de natureza técnica. Mediante isso, convidavam-se os acionistas que de alguma forma mantiveram relações com o representante da Siemens & Halske no processo de contratação e beneméritos de grande estima dos líderes políticos municipais.

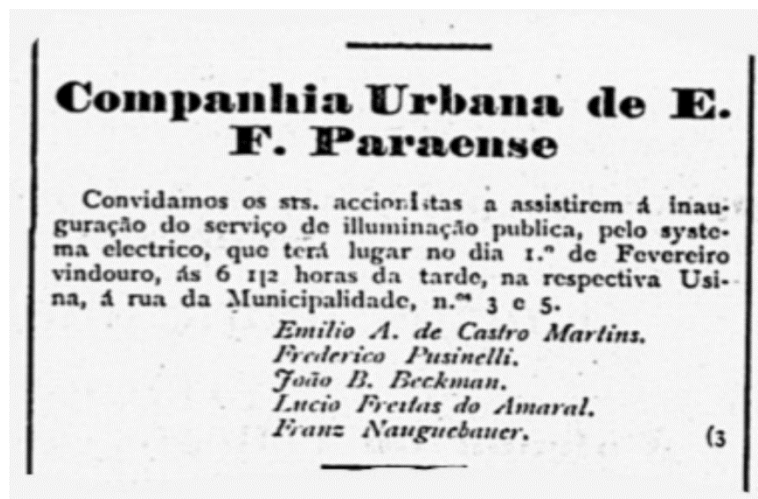


Figura 1: Coluna na Folha do Norte com convite para inauguração da iluminação elétrica, 1896.

Acervo digital da Biblioteca Nacional.

As restrições do que projetava-se ser um serviço revolucionário marcariam o processo desde o princípio. Antes mesmo de seu início isso seria facilmente notado, uma vez que para a cerimônia de inauguração não se abriram a público geral de cidadãos os

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

convites, contando estes apenas com membros da oligarquia econômica local. Dava-se o tom do alcance desse melhoramento e sua característica mais evidente de um privilégio para poucos e não de um serviço de integração universal entre distintas classes e moradores de Belém.

Como discute Sarges (2010), esse seria um aspecto recorrente das reformas urbanas, que tinham como efeito de um projeto muito bem delimitado e destinado às classes burguesas a imagem de dádiva pública num âmbito de projeto, mas de benefício privado quanto à sua materialização. Seguindo essa lógica dúbia, inaugurava-se o serviço em Belém numa escala de controversas expectativas, que desgastadas após os adiamentos da inauguração, vislumbravam a beleza de um serviço moderno e com encantos de cidades europeias. Clareavam-se os sonhos de aristocratas locais e concomitante a isso, sombras poderiam ser notadas com mais constância, agora que a iluminação pública detinha mais atenção do que nunca recebera antes.

Após dias iniciais de falhas e interrupções, foi desempenhada com grande esforço pela imprensa local uma grande campanha de apoio resiliente aos primeiros dias da iluminação, explicando as inúmeras causas dessas dificuldades de funcionamento em suas publicações, que exalavam um ar de defensoria imediata da eletricidade na capital e suas qualidades a serem desfrutadas, como escreveu a *Folha do Norte* em 17 de fevereiro de 1896:

Força é convir que, como se esperava, a iluminação de Belém vae melhorando sensivelmente, prometendo em breve corresponder à expectativa publica e à justa nomeada da importante fabrica, que tomou o compromisso de realiza-la. Nestas ultimas noites, corrigidas as primitivas lacunas e evitados o mais possível os desvios da corrente electrica alimentadora das lâmpadas, a luz tem se exhibido brilhante e com fixidez e tranquilidade satisfactorias.

A defesa insistente do serviço se sustentava na falta de conhecimento comum do comportamento da eletricidade e o tom de experimental que esta recebia numa cidade que usou a iluminação a gás por cerca de cinco décadas. Apesar de constantes problemas, era de imensa satisfação dos moradores das regiões abastecidas com tal melhoramento que este se fixasse bem e integrasse junto das demais reformas urbanas da cidade, um conjunto que compusesse Belém como uma metrópole imponente e atrativa para residência e investimentos comerciais. Tinham-se luzes intensas e uma usina que recebia grande atenção de curiosos, como mais alto ponto da modernização deste centro urbano

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que, assentado nas margens da selva amazônica, sentia-se a atalaia desenvolvimentista da região, como analisa Sarges (2002).



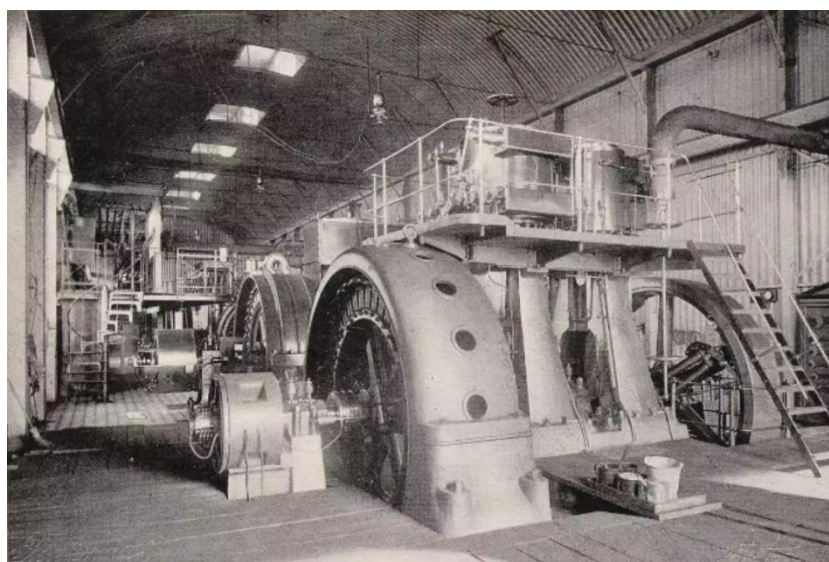
**Figura 2: Usina de eletricidade, Belém 1896. Página histórica do Website da Siemens.**

### **As sombras desafiam as luzes: debilidades e seletividade socioespacial na iluminação elétrica da era lemista**

Considerando as polêmicas que compuseram de forma frequente os anos iniciais do serviço, é de fácil compreensão que este não conquistou na opinião pública um mérito livre de repreensões. Interrupções parciais ou totais da iluminação custaram a reputação deste que um dia fora um sonho de consumo das classes altas da capital paraense e, mesmo na gestão do terceiro intendente municipal ligado ao processo, seguiu rompendo quaisquer expectativas positivas que pudessem ainda existir.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na figura de Antônio Lemos como gestor municipal, podemos contar com uma gama de documentações ainda maior acerca das obras públicas e suas respectivas administrações, uma vez que como analisa Sarges (2002), tratava-se de um propagandista de Belém por excelência. Entre relatórios, álbuns e demais publicações – que com teor ufanista acerca da cidade, louvavam as belezas de suas reformas – Lemos buscou levar de forma incansável a outros estadistas e homens de sua estima, boas notas e registros iconográficos de localidades da cidade que recebiam de forma intensa os altos investimentos de melhorias urbanas, tal como as redes elétricas dos postes de iluminação. Bons exemplos disso são os registros do Álbum de Belém de 1902, onde o intendente, apresentou detalhes contratuais, de funcionamento e fotos do interior da usina.



**Figura 3: Ala de motores das caldeiras na usina, Belém 1902. Acervo digital da Biblioteca Pública Arthur Vianna.**

Na administração de Lemos, pode-se observar que as ideias eram de fazer o serviço recuperar a estima que nunca de fato obteve, após anos de frustração na opinião pública de usuários e membros da imprensa que cada vez mais observavam focos de escuridão na cidade. Contudo, para além desta discussão, a que confere o sentido de falha na universalidade do serviço traz para a presente pesquisa seu ponto de problemática essencial, sobretudo nos rumos que tomamos ao discutir as contradições do conceito de progresso nas políticas higienistas aplicadas nas grandes cidades capitalistas na chamada *belle époque*.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Segundo Le Goff (1994), a ideia de progresso junto a um amparo desenvolvimentista é característica marcante do mundo moderno. Sobretudo da sociedade maturada no meio industrial, que fez deste conceito um fator necessariamente positivo e ligado a ações evolutivas, diferente do que se tinha na sua concepção séculos antes. Integrado a esse debate, o que inclui a modernização como um dos conceitos-chave no presente trabalho traz ao percurso das contradições o que Giddens (1984) caracteriza como resultados de uma ação comum ao capitalismo. Isto é, o desenvolvimento que uma sociedade capitalista apresenta nunca se constrói sobre solos de igualdade, mas de dubiedades e desencontros.

No caso da iluminação elétrica de Belém, temos os mesmos quadros apresentando-se inúmeras vezes pela latente pauperização de uma cidade com seletos grupos dominantes e uma diversificada massa de pobres caboclos, ex-escravos e migrantes nordestinos, como aponta Lacerda (2006) ao analisar o quadro social e demográfico da virada do século XIX para o XX na capital paraense. Vale ressaltar que esses grupos já eram tradicionalmente repelidos para habitações em áreas subalternas da cidade, como discute Soares (2008). Suas condições de vida e moradia raramente foram pautas dos governos republicanos iniciais, como já se discutiu exaustivamente na historiografia amazônica e esse fato pode ser observado quando o processo de implantação da iluminação elétrica na cidade privilegiou certos setores em detrimento de áreas mais afastadas.

Tal fato pode ser observado em publicações de jornais que, com o passar do tempo, não apenas apresentavam colunas desferindo críticas ao funcionamento do serviço, mas traziam também queixas de populares que em regiões periféricas da cidade, suplicavam por iluminação em seus perímetros residenciais. Como apresenta edição do jornal O Pará em 21 de dezembro de 1897: “O sr. Silva Santos apresenta pareceres da 4ª comissão: Moradores da rua Caripunas e Tupinambás, pedindo iluminação: aguarde oportunidade.”

As queixas eram repetitivas e se perpetuavam nas redações de jornais, refletindo assim que tínhamos uma cidade dividida em luzes e sombras, desenvolvimento e atraso. Tais contradições seguiam e no ano seguinte à publicação citada, moradores do mesmo bairro do Jurunas rogavam pelo serviço, que neste lugarejo estava longe de ser

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

considerado um direito de natureza pública. Como segue na publicação do jornal *O Pará* de 24 de janeiro de 1898:

Dos moradores da rua Caripunas e travessa Honório Santos, pedindo que seja estendida até lá a rede de iluminação eléctrica da cidade: A primeira comissão. (Entra o Sr. Silva Santos e prossegue a leitura dos autos e solicitações)

Outro ponto importante a ser discutido quando tratamos de espaços periféricos em Belém é a topografia do terreno. Considerando que a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense atuaria com serviços simultâneos de transportes de tração elétrica e iluminação elétrica, esta privilegiaria perímetros da cidade que tivessem viabilidade para ambos. Isto é, os percursos da iluminação elétrica só se fixariam em terrenos onde fosse favorável a instalação dos trilhos dos bondes, por questões de estabilidade de relevo e para evitar áreas alagadas.

Sabendo disso, e considerando que o território explorado do município foi historicamente cercado por zonas alagadas e aterradas de forma falha, como aponta Almeida (2009), temos uma explicação para as áreas pantanosas e baixas da cidade terem sido excluídas do processo de implantação do serviço de iluminação elétrica. Sendo ocupados majoritariamente pelos grupos que se inseriam no seletor setor com poder de compra e inclusão na especulação imobiliária, as regiões centrais e distantes de alagamentos eram de difícil aquisição para grupos economicamente desfavorecidos. Assim, as áreas baixas tornavam-se as únicas alternativas para um sítio urbano em formação latente de expansão.



Figura 4: Recorte da Planta de Belém, 1899. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O recorte da planta que ilustra a Belém de 1899, evidencia trechos da zona leste do território municipal e explicita regiões traçadas por vias públicas e outras espaçadas, com os termos “terrenos baixos”. Essa explicação da própria planta nos dá possibilidades interpretativas sobre a formação urbana do período e como já discutido anteriormente, temos zonas privilegiadas e alcançadas por perímetros racionais de lotes bem delimitados e clarões territoriais. É possível compreendermos que tais áreas foram deixadas de lado de quaisquer processos das reformas urbanas que a cidade viveu a partir da década de 1890.

Desse modo, contando com uma cidade que tinha além de desigualdades sociais, espaços distintos em topografia, o processo de expansão da rede elétrica contava com entraves do que chamaremos nesse trabalho de socioespaciais. Não caberá aqui o debate acerca do quão era técnico ou de cunho classista o uso da justificativa do relevo para a não-iluminação dessas zonas periféricas, haja vista que antes e depois desse processo, o serviço seguiu parâmetros semelhantes mesmo com melhorias do terreno. Seguindo esses rumos de assimetria entre regiões centrais e periféricas, chegamos aos impasses acerca da iluminação, indagando seu caráter restritivo e analisando o processo entre as possibilidades de: espontâneo ou intencional.

Adentrando os primeiros anos da década de 1900 veremos dois pontos que explicarão essa indagação. Trata-se da cessão do serviço de iluminação elétrica ao setor privado e nisso, a atuação mais personalista de Lemos nas próprias linhas do novo contrato. O desgaste que a Companhia Urbana sofrera após anos de um serviço ineficaz e dissoluto, refletiram-se na insatisfação pública e da administração governamental. O próprio intendente em estado de reconhecida frustração citou sua insatisfação no Relatório de Intendência Municipal de 1904:

Seria trair a verdade, se vos afirmasse estar a intendência satisfeita com o serviço da iluminação urbana. Este ramo de utilidade colectiva – e cujo histórico documentado encontrareis em meus livros anteriores, – acha-se a cargo da Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, cujos responsáveis parecem pouco preocupados de bem servir à população da capital. (p. 270)

O líder municipal dava claros sinais que tomaria outros encaminhamentos quanto à administração do serviço e um ano após a citação exasperada no relatório, tal fato se confirmou através da parceria do município com o engenheiro britânico Christopher Moller, cujo trabalho era para Lemos de grande encantamento. A exemplo

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do que acontecera nos anos que antecederam a inauguração em 1896, inúmeras análises técnicas foram iniciadas para que houvesse uma completa substituição do empreendimento e em 1905 a Companhia Urbana fosse destituída de seu posto, dando lugar à uma empresa de capital público, contudo, de operação privada.

Nascia então a *Pará Electric Railways and Lighting and Company*, sob administração pública e com traços de condução privatizada. Após anos de percalços incontáveis, uma nova perspectiva era dada à iluminação urbana da cidade e pelas otimistas palavras do intendente, se concretizaria um serviço exemplar e como Belém não houvera experimentado. Seguem suas expectativas no Relatório de Intendência do corrente ano de 1906:

A 12 de janeiro foi lavrado o termo de obrigação pelo qual a *Pará Electric* se obriga a executar os serviços de viação e iluminação urbanas, até começar a vigorar plenamente o contracto de 16 de dezembro de 1905. Mas adeante insiro um resumo de tal documento.

A comissão nomeada para organizar uma demonstração das praças, jardins, avenidas e demais vias publicas, nas quaes deve ser mantida a actual iluminação ou instalado o serviço de luz electrica (...) (p. 166)

O projeto de 1905 desenhava-se mais arrojado ainda do que o aprovado pelo conselho municipal em 1896, pois além da distribuição de eletricidade para uso público em ruas e praças, agora distribuiria também para uso domésticos nas residências que contratassem o serviço da empresa. Nesse sentido, as questões acerca das desigualdades socioespaciais citadas anteriormente se materializam com mais força por além de expandirem-se ao setor público, irem também rumo ao privado de consumo. Como discute Velloso (2002), a ampliação das redes elétricas no Brasil do início do século XX era irregular e lenta, privilegiando grupos economicamente abastados que poderiam contar com um serviço de alto custo e que desenhava-se à época como um luxo destinado à uma parcela seleta das elites urbanas.

Seguindo tal modelo de desenvolvimento segregacionista, Belém expandia suas redes de eletricidade num ritmo controlado pelas conveniências socioespaciais do poder público e privado, cintilante em contradições e experimentando cada vez mais o progresso que clareava zonas habitadas pela camada burguesa e escurecia os terrenos de baixadas das periferias. Tal assimetria fica evidenciada em duas cláusulas do contrato com a *Pará Electric* no mesmo relatório citado anteriormente, referente ao ano de 1905:

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Octagésima quarta. – a iluminação geral da cidade continuará a ser feita pelo systema elétrico, sendo a corrente respectiva contínua ou alternativa, conforme exigirem as conveniências públicas (...)  
Octagésima sexta. – Os limites da área a iluminar serão determinados pelo intendente, que poderá argumenta-los, sempre que for conveniente.

Percebe-se que apesar de tratar-se de um empreendimento privado, a octogésima sexta cláusula evidencia a ação pessoal de Lemos no processo de delimitação das áreas iluminadas, apresentando assim uma evidência que corrobora para a compreensão acerca da intencionalidade do poder público acerca da não-iluminação de áreas periféricas. Isto é, mesmo com a cidade apresentando constantes quadros de expansão territorial, as reclamações sobre áreas sem o serviço seguiriam a chegar nas redações dos jornais.

O quadro socioespacial da cidade, considerando áreas “favoráveis” por localização centralizada e as de baixada como inviáveis por explicação já suscitada no presente artigo, expõe uma formação desigual e que desenhou rumos higienistas característicos aos centros urbanos inspirados na *belle époque* europeia. As zonas de sombra e trevas que expunham as duas faces do processo conferem a este trabalho uma sinalização fundamental para a suas orientações rumo à uma história social da formação urbana de Belém por intermédio de seu uso de iluminação elétrica. Sobretudo no que confere sentido classista em ações governamentais, que evidentemente favoreciam perímetros de aristocratas locais em intencional consequência de esquecimento para zonas de menor ou nenhum valor no que tangia as especulações imobiliárias e de visibilidade pública.

## **Considerações finais**

Tratando-se de um período que conta com uma longa série de fatos e controvérsias para a introdução do objeto de pesquisa, objetivou-se desenvolver no presente trabalho uma discussão breve sobre os percursos para a implantação do serviço de iluminação elétrica, suas debilidades técnicas e por fim, seus impactos socioespaciais numa cidade que configurava-se cada vez mais como desigual e de distintos quadros entre espaços de classes dominantes e classes subalternas.

É considerável a quantidade de possibilidades teórico-metodológicas quando incluímos a história social para nortear uma pesquisa que se desenvolve por intermédio

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

de quadros demográficos e espaciais tão heterogêneos. Nesse sentido, como discute Barros (2007), a relação centro-periferia como metáfora de um prisma paradigmático e obrigatório da chamada história urbana, aplica-se aqui de forma salutar e mesmo que não seja uma resposta para todas as perguntas, colabora e orienta a maior parte das indagações acerca da Belém dividida entre regiões relevantes e iluminadas, e a descartada e escurecida versão desta que, sentia-se progressivamente um centro urbano encantado.

Recorreu-se a uma ampla lista de fontes para assegurar do ponto de vista referencial, que tal problemática era complexa o suficiente para compor o objeto aqui analisado transitório entre a opinião governamental, discussões populares e de certo, nos registros bibliográficos das pesquisas acadêmicas que mesmo indiretamente, trouxeram até aqui um suporte contextual valioso. Desse modo, seguindo em um campo movediço da opinião pública e de grande constrangimento para os intendentos responsáveis, temos um tema que instiga a pesquisa a seguir e indagar incessantemente quais sujeitos compunham a cidade que se sonhava para Belém e quais desses eram de fato alcançados pelo desenvolvimento que a mesma almejava.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Conceição. *As águas e a cidade de Belém no século XIX*. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BATES, Henry. *Um naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1944.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. 2 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. 2ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GIDDENS, Anthony. *Teoria da Modernização e Sua Crítica*. In:\_\_\_\_\_, Sociologia: Uma Breve Porém Crítica Introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984. p. 111-119.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3º ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.  
\_\_\_\_\_. *Memórias do “Velho Intendente” Antônio Lemos (1969-1973)*. – Belém: Paka-Tatu, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2003.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-1910)*. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008.  
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

VELLOSO, V. P. *A Eletricidade no Brasil sob a Perspectiva da História Social*. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, Vol. 9(3): 705-9, set-dez. 2002.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993